

Franco. O governo não fazia segredo da sua esperança de que o Brasil — em virtude do tamanho e da população do país, de sua participação na guerra e da liderança que exercia no Hemisfério Ocidental — viesse a ser membro permanente do Conselho. Mas as potências europeias lhe frustraram as esperanças. Aborrecido pelas atitudes de superioridade e desinteresse manifestadas pelos europeus, o Brasil retirou-se da Liga em 1926. Desapontado pelo tratamento dispensado pelos europeus, voltou à diplomacia do hemisfério, em que continuou a desempenhar papel dominante.

A Primeira República presenciou uma profunda transição nas relações externas do Brasil. Os diplomatas, entre os quais avultou o Barão do Rio Branco, resolveram as velhas e difíceis pendências de fronteiras e delimitaram vantajosamente quase 14 500 quilômetros de limites. Levaram assim a uma conclusão feliz e pacífica mais de quatro séculos de expansão e consolidação, incorporando à nova república uns 885 000 quilômetros quadrados de território outrora contestado. Uma era da história luso-brasileira terminou de maneira triunfal. Libertados das preocupações com as divisas nacionais, os diplomatas ergueram os olhos para horizontes mais amplos. O Brasil começou a desempenhar um papel ativo e capaz de liderança no Hemisfério Ocidental. O seu eixo diplomático deslocou-se de Londres para Washington. Ao mesmo tempo, sentindo-se mais confiante, encetou a sua participação na política mundial. Participou da Primeira Guerra Mundial para apoiar a causa dos Aliados e enviou delegações distintas, tanto à Segunda Conferência Internacional da Paz em Haia quanto à Liga das Nações. Enquanto encerravam o período das negociações de fronteiras, os diplomatas, nos anos cruciais da Primeira República, inauguraram uma nova fase, que influiu no curso da diplomacia brasileira por várias gerações depois de 1930. Os seus sucessos e feitos diplomáticos representam uma das páginas mais notáveis da história da Primeira República.

CONCLUSÃO

A CRISE DOS ANOS VINTE E A REVOLUÇÃO DE 1930

por

BORIS FAUSTO

Do Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, S. P.

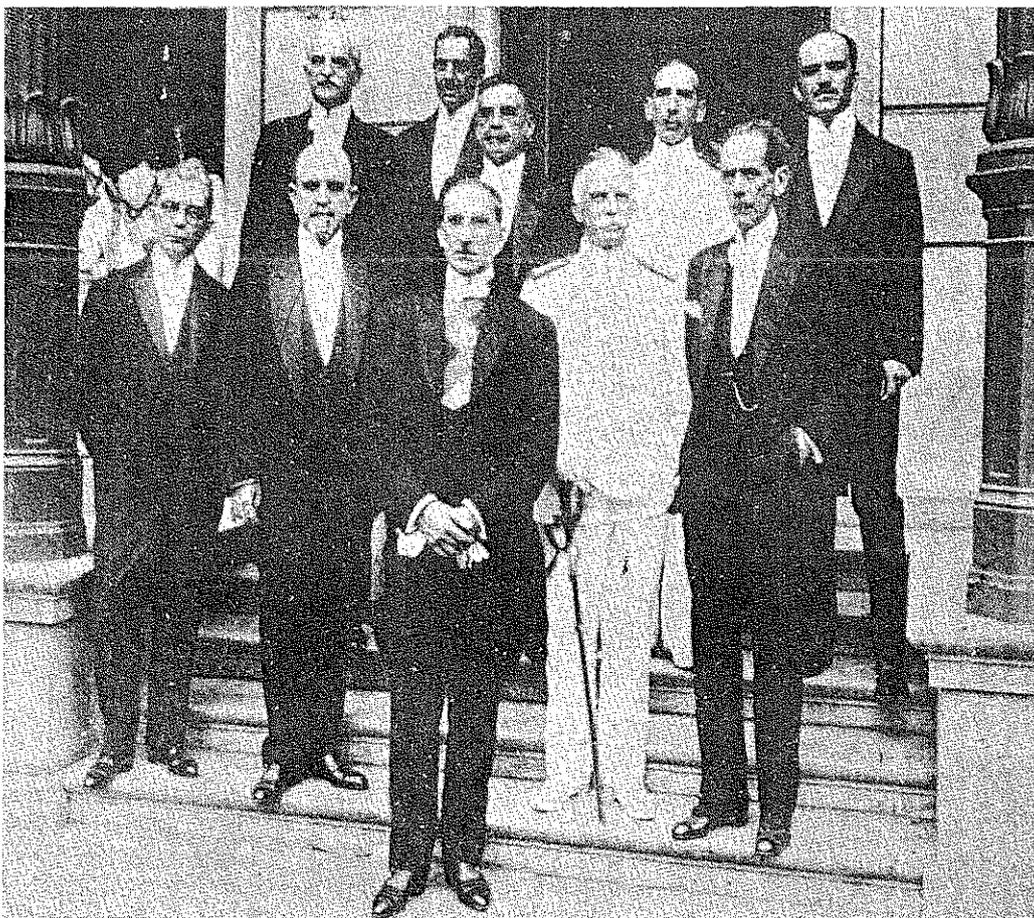
Intervenções nos Estados — Os oficiais situados como um grupo de pressão em torno do Presidente foram os principais responsáveis pelo movimento "salvacionista", destinado a "salvar" a pureza das instituições republicanas, através da derrubada de governos locais, sobretudo no Nordeste.

Alguns exemplos serviram para dar uma idéia das intervenções. Em Pernambuco — domínio do chefe da família Rosa e Silva — o Ministro da Guerra General Dantas Barreto, aceitou sua candidatura à presidência do Estado, em nome da oposição. Esta era dirigida por Lucena, velha figura do Império que fora ministro de Deodoro, e por um antigo e ardoroso defensor de Floriano Peixoto. Dantas Barreto renunciou ao ministério, dirigiu pessoalmente a luta armada que se desencadeou em Pernambuco e acabou por tomar posse do governo.

Em Alagoas, o Coronel Clodoldo da Fonseca, envolvido mais tarde, em 1922, nos rebeldes tenentistas, substituiu o candidato da família dos Malta. No Ceará, a sucessão presidencial foi o pretexto para um confronto de grandes proporções. A oposição local — advinda da família dominante (os Acioli) — apresentou como candidato o Coronel Franco Rabelo, ligado aos militares renovadores. Os partidários dos Acioli — Pinheiro Machado — lançaram outro militar e ambas as partes se declararam vencedoras na eleição. Enquanto o Coronel Rabelo era apontado governador em Fortaleza, a maioria da Assembléa Legislativa local se transferiu para o interior e aí declarava depondo o governador, entregando a chefia do Estado ao presidente da Assembléa, o médico e político do sertão Floro Bartolomeu. Este, era por-ta-vez de um líder carismático do interior — o famoso Padre Cícero — que mobilizou tropas sertanejas contra o candidato dos "salvacionistas", avançando sobre Fortaleza. Afinal, o governo federal pôs fim à luta, com a nomeação do Coronel Setembrino de Carvalho para interventor do Ceará.

A maioria das "salvações" foi realizada com o objetivo de derrubar velhas oligarquias, em geral aliadas a Pinheiro Machado, através do Partido Republicano Conservador — um "partido" que expressava um acordo do chefe gaúcho com vários Estados do Nordeste. (Em Pernambuco a situação não era esta porque Pinheiro — rival de Rosa e Silva — estava também interessado em sua queda.)

A investida dos "salvacionistas" pode ser entendida, em alguns casos, dentro de um contexto geral das tentativas difusas feitas por grupos militares, no sentido de restringir o poder político da classe dominante, nas diferentes áreas regionais. Estes grupos buscavam principalmente a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade. Por isso mesmo e também porque muitas vezes os militares tivessem raízes nos Estados, os "salvacionistas" acabaram por se aliar a facções de oposição sem grandes diferenças com os antigos exércitos do poder.



7. O DR. ARTUR BERNARDES AO ASSUMIR A PRESIDENCIA DA REPUBLICA (CORTESIA DA ABRIL CULTURAL S. A.)

O fato de que tenham obtido êxito, mesmo transitório, no Nordeste, se deve à fraqueza das oligarquias dominantes na região, muito mais dependentes do Poder Central do que a aparência indicaria. De fato, os militares tentaram assumir o controle do Rio Grande do Sul, com a candidatura ao governo do Estado do novo ministro da Guerra de Hermes, o General Mena Barreto. Mas, neste caso, Pinheiro Machado dominou inteiramente a situação, forçando a demissão do ministro, que foi substituído por um homem de sua confiança. Outra demonstração da impossibilidade de quebrar as oligarquias mais articuladas foi a inútil tentativa feita por Pinheiro para impor a intervenção federal em São Paulo.

Apesar do grande interesse que a ação dos salvacionistas apresenta como sintoma, o Exército era um grupo mais uma vez dividido, na sua reaparição política durante o governo Hermes. O próprio presidente se subordinava à ação nacional de Pinheiro Machado e a intervenção no Ceará, por exemplo, representou uma vitória do líder gaúcho, provocando ressentimentos militares contra o presidente.

Por outro lado, a política econômica realizada em favor dos grandes Estados nunca foi abandonada e a sucessão de 1914 se realizou tranquilamente, com a restauração da aliança "café com leite", em torno de Wenceslau Braz.

A segunda eleição competitiva da República (1922) demonstrou o agramento das tensões regionais da classe dominante e foi a única em que um confronto entre os dois grandes Estados e os Estados intermediários se colocou claramente na disputa sucessória. Aí também interveio o Exército, ao lado da oposição, incentivado por alguns lances noveloscos.

O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o presidente mineiro Artur Bernardes. Contra esta candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, através de Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional — realizada efetivamente por Bernardes em 1926 — limitando a autonomia do Estado.

Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco,

A "Reação Republicana" Estado do Rio — 3.º, 4.º, 5.º e 6.º Estados em importância

eleitoral — formando a "Reação Republicana" que apresentou o nome de Nilo Peçanha. Nilo estivera por alguns meses na Presidência da República, após a morte de Afonso Pena, garantindo o triunfo de Hermes da Fonseca. Sua carreira era um contraponto, na esfera civil, da ascensão de muitos militares "plebeus". De origem modesta, floriantista, ameaçado de prisão por Prudente de Moraes, tinha sua base política na oligarquia do Estado do Rio, onde nasceu.

A oposição tentou realizar uma campanha "à americana", como se dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano.

A plataforma da "Reação Republicana", inspirada diretamente pelos gaúchos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, da política, em suma, inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e mais tarde abandonada.

Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Nilo não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Este era um tema de especial predileção dos gaúchos.

A intervenção dos militares no problema sucessório, facilitada pelas ligações com os políticos do Rio Grande do Sul e com o próprio candidato, assumiu um caráter mediatamente relacionado com as tensões regionais. Na aparência, resumiu-se à preservação de valores do grupo, alvo de violento ataque, através das "cartas falsas", publicadas no *Correio da Manhã*, em outubro de 1921. Elas tinham por objetivo lançar o Exército na campanha política ao lado da oposição, impedindo, se necessário, a posse de Bernardes.

Triunfo de Bernardes e o tenentismo

Em meio a uma situação difícil, Bernardes triunfou nas eleições de março de 1922, ficando apenas a confirmação do resultado na dependência do Congresso. Do ponto de vista das classes dominantes regionais, o momento da vitória de um dos candidatos marcava para os vencidos a necessidade de chegar a um acordo, a fim de se preservar o sistema. No ano de 1922, a regra quase foi quebrada. Chegou-se a pensar, diante da gravidade da situação militar, na renúncia de Bernardes e na escolha de um terceiro nome. Porém, quando o Gal. Ximeno de Villeroy, representando um grupo de conspiradores de alta patente, procurou o apoio de Borges de Medeiros para iniciar uma luta armada, não obteve êxito. Em fins de junho de 1922, surgiram novos atritos ligados às violentas disputas pela sucessão local em Pernambuco. Como se sabe, em nome do Clube Militar, Hermes da Fonseca telegrafou ao comandante militar de Pernambuco, apelando para que não intervesse na contenda, a mando do governo. Hermes foi preso por algumas horas, por determinação do presidente Epitácio Pessoa e o Clube Militar fechou por seis meses, com base na lei recentemente aprovada, que tinha por objeto a repressão ao anarquismo.

A luta entre o governo e as oposições tendeu entretanto a acalmar-se. A neutralização da dissidência regional e da cúpula militar seguiu-se o ciclo das rebeliões tenentistas.

O tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos vinte, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. Não há razões para se pensar

que a massa operária, por exemplo — nas condições de um movimento operário em depressão — deixasse de ser tocada por suas façanhas.

Por outro lado, para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance.

Historicamente, o tenentismo deixou marcas mais profundas no interior da esquerda brasileira do que em áreas conservadoras. O progressivo abandono da organização horizontal da classe operária pelo ataque frontal e/ou adaptação às instituições do Estado tem uma de suas raízes na influência tenentista. O PC esteve aberto a ela e procurou mesmo recolhê-la, apresentando-se como uma espécie de herdeiro mais consequente do movimento. Isto ocorreu, seja nos períodos em que acabou por adotar uma linha insurrecional (1935), seja nos períodos caracterizados pela linha de "desenvolvimento nacional pacífico" (1945-1947). Ao mesmo tempo, na consciência conservadora militar, o tenentismo permaneceu como marco inicial de um ciclo purificador, que se inicia em 1922 e se completa em 1964/1968.

Tenho procurado demonstrar em outros trabalhos que a análise do tenentismo não pode ser reduzida a explicações unilaterais, reduzindo o grupo funcional a uma classe social (tenentes e classe média), ou atribuindo ao grupo total autonomia no conjunto da sociedade. Aqui, desejo apenas salientar alguns aspectos do tema, que foram tratados mais extensamente nestes trabalhos.

Do ponto de vista de sua formação militar, a geração dos tenentes cursou a Escola do Realengo, que tinha uma linha educacional diversa da antiga Escola da Praia Vermelha. Esta se caracterizava pela influência positivista, destinando-se a formar o soldado-cidadão; aquela tratou de profissionalizar o Exército, insistindo no ensino técnico e no seu afastamento da política.

Não há nenhum paradoxo no fato de que o maior grau de profissionalização possa ter incentivado a intervenção dos tenentes na vida política. Mosca e mais recentemente Finer argumentaram, com boas razões, que a profissionalização tem gerado o comportamento oposto. Como diz José Nun, a tendência a considerar os fenômenos sociais em isolamento e abstração levou alguns a supor que a profissionalização por si só induz os oficiais a abandonar a política, colocando uma barreira entre eles e a sociedade (2). No caso que estamos discutindo, ela favoreceu a formação de uma certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a

(2) Caetano Mosca — *The ruling class*, Nova York, 1939; S. E. Finer — *The man on horseback: the role of the military in politics*, Nova York, 1962, citados por José Nun, em "Os golpes militares da classe média". (In Claudio Véliz — *América Latina: Estruturas em crise*, São Paulo, IBRASA, 1970).

supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada. Contribuiu também, na linha do argumento de Finer, para uma crescente identificação das Forças Armadas como servidores profissionais da comunidade e não de transitórios governos. A propósito, é muito expressiva a frase com que Hermes da Fonseca encerrou o apelo do Clube Militar ao comandante militar de Pernambuco, pedindo-lhe que não intervesse na luta regional: "Não esqueças, que as situações políticas passam e o Exército fica".

É possível estabelecer, no exame do movimento tenentista, uma linha de desenvolvimento, onde há um corte e uma inflexão. O corte se dá com a ruptura de Luís Carlos Prestes em maio de 1930 e a inflexão, após a revolução de outubro daquele ano. Antes desta data, os tenentes estavam fora da máquina do Estado, em luta contra o poder; depois, realizaram uma experiência de governo, ao lado de outras forças. Em embrião, apareceram, na década de vinte, duas tendências no interior do tenentismo. Prestes, Siqueira Campos, Miguel Costa associavam a derrubada das oligarquias a um programa vagamente populacionalista. Juarez Távora, entre outros, adotava uma posição mais conservadora. De um modo geral, porém, estas divisões não eram suficientemente claras e só se explicitaram com o correr dos anos.

O que se poderia chamar de programa de ação dos tenentes tem o seu foco dirigido, a um tempo, para as Forças Armadas e para a sociedade como um todo. Sob o primeiro aspecto, o tenentismo se distingue das pressões militares anteriores por estabelecer uma linha divisória no próprio grupo militar, entre quadros médios e cúpula. Ele representa um movimento de cisão no interior do grupo, em um momento crucial em que a alta oficialidade opta pela acomodação com Bernardes e a hierarquia se encontra abalada (3). Os tenentes não querem apenas purificar a sociedade, mas a instituição de onde provém. Respondendo a processo criminal, logo após o movimento de julho de 1922, Siqueira Campos reconheceu que antes de abandonar o Forte de Copacabana, ele e seus companheiros oficiais haviam arrancado suas insígnias, declarando que não pertenciam mais ao Exército. Negou porém ter classificado o Exército de um modo injurioso. Por sua vez, em um momento menos emotivo, Juarez Távora em seu livro *A Guisa de Depoimento*, ataca abertamente o Ministro da Guerra Sembrinho de Carvalho, acusando-o de exercer uma espécie de militarismo de encomenda "trocando e porco", explorando caprichos e freqüências de Bernardes.

O programa do movimento com relação à sociedade é um bom exemplo da dificuldade apontada por Morris Janowitz, de se definir em certos casos a ideologia dos militares, a não ser em termos muito gerais: nacionalismo, certa xenofobia, tendências puritanas, visão "antipolítica" (4). Den-

(3) Poucos textos isolados serão tão expressivos para revelar a quebra da hierarquia como a discussão no Clube Militar, em 24 de junho de 1922, transcrita por Nelson Werneck Sodré em *História Militar do Brasil*, ed. Civilização Brasileira, 1965.

(4) Morris Janowitz — *The military in the political development of new nations*, University of Chicago Press, 3ª ed., 1967.

to destas características, na ideologia e no comportamento tenentista são hoje bastante conhecidas os traços autoritários, o elitismo, a busca da forma política mesclada de um reformismo social ingênuo e de um vago nacionalismo.

A defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal, os seus ataques à "feudalização do Brasil" têm como alvo implícito, e às vezes explícito, a oligarquia paulista. O núcleo dominante — ainda que menos extremado do que o Rio Grande do Sul na defesa da autonomia regional — encarnava aos olhos dos tenentes os principais vícios do sistema político republicano. São Paulo assentava sua supremacia, a partir de Prudente, afastando os militares do governo, em nome da estabilidade e da "república civil". O "civilismo" paulista despertava especial ressentimento, pois só se tornara possível por contar o Estado com uma milícia estadual subordinada ao poder local e bem equipada, sob alguns aspectos em situação superior ao Exército. Por exemplo, a reorganização da Força Pública paulista se iniciou a partir de 1906, com a vinda da Missão Francesa, antes mesmo que começasse a reforma do Exército, na presidência Afonso Pena.

Acima de tudo, este Estado controlado por uma "elite de plutocratas", vinculado diretamente aos grandes centros financeiros internacionais, era o principal responsável pela incipiente consolidação do Estado nacional.

O ataque à oligarquia paulista abria a possibilidade de um entendimento entre os tenentes e as oligarquias estaduais. Este entendimento dependia de um agravamento das contradições internas do sistema. Enquanto a rebelião militar começava a criar sua lenda na longa marcha de 24 000 km pelo interior do país, as classes dominantes regionais entravam em uma linha de composição entre 1926-1929.

Bernardes governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a segundas decréscimas do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se nestas áreas a uma dura repressão policial, para os padrões da época.

A insatisfação popular tinha raízes em uma situação financeira que a tocava diretamente. A crise internacional de 1920 refletiu-se no volume e sobretudo no preço das exportações brasileiras de café, que caíram de 13 milhões de sacas, rendendo 73 milhões de libras em 1919, para 11,5 milhões, rendendo apenas 53 milhões de libras em 1920. Pressionado pelos interesses de São Paulo, Minas, o presidente Epitácio iniciou em 1921 a terceira operação valorizadora, utilizando-se de empréstimos externos e emissões. As emissões maciças entre 1921-1923 (o meio circulante passou de 1,8 milhões de contos em 1920, para 2,6 milhões em 1923) foram respaldadas em grande parte pela desvalorização do câmbio (entre 4 a 5 dinheiros por mil-réis em 1923) e pela inflação⁽⁵⁾. Segundo cálculos im-

(5) Cf. Antonio Delim Netto — *O Problema do Café no Brasil*, São Paulo, 1959.



8. WASHINGTON LUIZ E BORGES DE MEDEIROS NO RIO GRANDE DO SUL (1926)
(CORTESIA DA ABRIL CULTURAL S. A.)

precisos, o custo de vida dobrou no mesmo período, tendo sido aliás a crítica à inflação um dos temas do movimento tenentista.

Bernardes desagrudou a quase todos os setores — o Nordeste reclamou contra o abandono dos campos contra a seca, os gaúchos queixaram-se da inflação, a insatisfação dos assalariados foi constante. Do ponto de vista da classe dominante, seu maior critério se deu porém não com uma área penférica, mas com o núcleo agrário-exportador. Trata-se de um episódio revelador das frequentes incoincidências entre razões de Estado e interesses estritamente econômicos.

O presidente começou seu governo associado aos paulistas, isto é, à política de emissões e de realização da defesa permanente do café, aprovada no governo anterior. As dificuldades cambiais e financeiras, agravadas pelo vencimento de obrigações da dívida externa em 1927, levaram-no a uma reorientação. Em janeiro de 1925, afastou os paulistas Sampaio Vidal e Cinquato Braga do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, iniciando uma política deflacionária e de dissociação da defesa permanente do café. São Paulo já assumira aliás a defesa, em fins de 1924, por sua conta.

Depois de 1926, entretanto, os atritos inter-regionais diminuiram bastante. A eleição do político de S. Paulo Washington Luís à presidência da República se fez sem problemas, em nítido contraste com a sucessão de 1922, com o apoio de Minas e do Rio Grande do Sul. Para implementar seu programa de estabilidade financeira, visto com bons olhos pelos gaúchos, Washington nomeou para o Ministério da Fazenda um nome que começava a ascender na política oligárquica de seu Estado — Getúlio Vargas.

A reforma financeira, aprovada pelo Congresso logo no início do novo governo (dezembro de 1926), estabelecia uma taxa fixa de câmbio, na base de cerca de 5 dinheiros por mil-réis, equivalendo a uma quebra oficial do padrão monetário, que desde 1846, correspondia teoricamente a 27 d. por mil-réis. A estabilidade seria garantida por uma Caixa de Estabilização, que passou a trocar notas ouro na proporção fixada, pretendendo-se como objetivo final a conversibilidade de todo o papel moeda em circulação. A medida se destinava a evitar as contínuas oscilações cambiais e a incrementar as exportações. O padrão fixado ficava abaixo da média dos últimos anos, o que aliás agravava ao setor agrícola e aos industriais. A alta classe média — apenas consumidora dos produtos importados — lançou ataques, por seus representantes, ao chamado "câmbio vil".

Dois fenômenos políticos devem ser ainda ressaltados, nos últimos anos da década de 20. A progressiva aproximação de agrupamentos divergentes no Rio Grande do Sul e a diferenciação política em São Paulo. O último fato se ligar à questão mais geral da crescente insatisfação da classe média urbana.

A Revolução de 1923, contra a reeleição de Borges de Medeiros, representara o ponto culminante das lutas internas no Rio Grande do Sul.

Quando Vargas assumiu a presidência do Estado em janeiro de 1927, após uma tranquila eleição, incentivou habilmente e acordo entre o PRP e o Partido Libertador, formado por antigos federalistas e antigos republicanos, chegando a um razoável compromisso.

O Partido Democrático de São Paulo

Em São Paulo, a formação do Partido Democrático (fevereiro de 1926) pôs fim ao monopólio do PRP. Reunindo nomes das antigas dissidências e algumas figuras novas, o PD de São Paulo era essencialmente uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores do café. Correspondia tanto à pressão ampla da classe por uma maior participação no sistema político, como à crescente dificuldade do PRP em conter todas as tendências em seu interior.

Seus nomes mais importantes — Waldemar Ferreira, Marrey Jr., Francisco Morato, Moraes Barros, Sampaio Vidal, Paulo Duarte, Paulo Nogueira Filho — eram em sua maioria profissionais liberais, ou jovens filhos de fazendeiros de café, provenientes de famílias brasileiras tradicionais. Os profissionais liberais não constituíam figuras obscuras, mas advogados famosos em São Paulo, vários deles professores da Faculdade de Direito, com ligações diretas ou indiretas com os interesses cafeeiros⁽⁶⁾.

Na realidade, o agrupamento não representava a emergência de setores dinâmicos, supostamente ligados à indústria. Voltava-se para uma classe média nacional, com um programa liberal-democrático, temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tendo por objetivo central a reforma política: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega ao Judiciário da fiscalização eleitoral. Não tinha uma perspectiva diversa do PRP, no que diz respeito à política econômica e financeira, onde a divergência era acidental. O PD não hostilizou, neste aspecto, a política do presidente Washington Luís, cujos resultados foram transitoriamente favoráveis para o setor cafeeiro.

(6) Dentre os 599 assinantes do manifesto de lançamento do Partido Democrático, apenas 11 se qualificam como industriais. As 10 primeiras indicações profissionais, abrangendo cerca de 89% do total, agora a vaga categoria "proprietário" e os estudantes, indicam uma esmagadora predominância de membros do setor agrário e da classe média:

Advogados	139
Do comércio	79
Comerciantes	68
Lavradores	59
Funcionários bancários	48
Proprietários	34
Engenheiros	42
Médicos	28
Estudantes	18
Professores	16

O manifesto, com as assinaturas, se encontra em Nazareth Prado — *Antonio Prado no Império e na República*, Rio de Janeiro, F. Briguiet Editora, 1929.

Ao surgir a crise de 1929, o partido reivindicou para si o mérito de ter previsto a crise, procurando desvinculá-la, na medida do possível, do contexto internacional. Lembrou alguns discursos de um de seus representantes no Congresso — Paulo Moraes Barros, "o profeta da crise" — que apontara os riscos da defesa permanente do café. Porém, apesar de certas diferenças, o PD não tinha um programa coerente de oposição à política cafeeira e a ênfase de sua discordância era claramente política.

Vale a pena observar a esta altura a semelhança, em alguns pontos, entre o PD e a União Cívica Radical argentina, assim como uma simetria de relações entre PRP-PD e conservadores-radicais daquele país. Em primeiro lugar, democráticos brasileiros e radicais argentinos se aproximam pelo ínfimo número de industriais em suas fileiras e pela atitude de hostilidade a eles. Ezequiel Gallo e Silvia Sigal, em seu artigo sobre a UCR, mostram que, dentre 44 dirigentes radicais analisados em 1916, apenas um provinha da indústria (7). Os industriais foram pintados, persistentemente no caso do PD de São Paulo, como um grupo de exploradores, vivendo à custa de um protecionismo favorecedor de uma atividade econômica artificial, nas condições brasileiras.

Por outro lado, radicais e democráticos desenvolveram a mesma atitude xenófoba com relação aos imigrantes, associando, no caso brasileiro pelo menos, com conotação negativa, imigrantes e industriais.

No que diz respeito às relações entre conservadores e radicais argentinos, Oscar Cornblit indica como os primeiros nunca chegaram a pensar na integração da massa de imigrantes, pois isto implicaria uma profunda revisão de seu conceito aristocrático da política. Não obstante, movidos por uma ideologia cosmopolita, observaram com mais facilidade imigrantes em suas fileiras, desde que se tratasse de pessoas sociais e economicamente bem situadas. Souberam também utilizar-se da massa de estrangeiros para garantir resultados eleitorais, de uma forma semelhante às máquimas partidárias americanas dos anos dez (8).

Da mesma forma, o PRP foi receptivo aos imigrantes que ascenderam social e economicamente por várias vias. Também se utilizou do voto do estrangeiro — proibido pela legislação — para fraudar eleições, como perfeitamente demonstraram os democráticos.

Não pretendo assemelhar o sistema político brasileiro e argentino, nem levar demasiado longe a analogia. Basta lembrar que a UCR é um partido de massas de âmbito nacional, por longos anos no governo, ao contrário do que acontece com o PD brasileiro, uma organização regional de certa expressão, mas muito mais modesta.

(7) Ezequiel Gallo & Silvia Sigal — "La formación de los partidos políticos contemporáneos: La U.C.R. (1890-1916)". In *Desarrollo Económico*, III, 1-2, Buenos Aires, 1963.

(8) Oscar Cornblit — "Os imigrantes europeus na indústria e política argentinas". (In Claudio Véliz — *op. cit.*).

Quero apenas, dentro dos limites da aproximação, extrair algumas conclusões provisórias. Nos dois países, os partidos que abriram largos contingentes de classe média, aliados a alguns grupos agrários tradicionais, desenvolveram um comportamento xenóforo e antiindustrialista, estreitamente vinculado às perspectivas da velha classe média. Em ambos os casos, duas organizações de raízes predominantemente agrárias, elitistas, sem atração sobre a classe média, responsáveis por razões econômicas pela abertura de seus respectivos países ao influxo estrangeiro, adotaram uma atitude mais flexível. Cooptaram os imigrantes em ascensão para suas fileiras — sobretudo os industriais no caso brasileiro — e utilizaram a massa de estrangeiros como clientela política o que, apesar de tudo, deu a esta massa alguma possibilidade de barganha.

Voltando agora à situação brasileira dos fins da década de 20, convém ressaltar que o maior entendimento das facções ganchas favorecerá a intervenção do Rio Grande do Sul como um bloco, na disputa sucessória. Pelo contrário, ainda que o PD não tivesse uma presença eleitoral importante — em parte graças à fraude — a cisão política em São Paulo introduzirá uma cunha na frente regional paulista.

Em fins da década de vinte, os tenentes marginalizados ou no exílio haviam esgotado suas possibilidades de enfrentar sozinho o governo. A classe média, por sua vez, carecia de autonomia para se organizar como força de contestação. Por isso, somente um desentendimento de maiores proporções entre os grupos dominantes nos Estados poderia dar novo impulso aos setores dispostos a reformular o sistema político e a introduzir algumas reformas.

O desentendimento regional se assentava na própria formação social do país, mas a expressão que ele assumiu, por ocasião das eleições de 1930, só pode ser entendida através de uma análise da disputa, com um foco mais estreito. A necessidade desta aproximação justifica mesmo que se descreva um processo político conhecido em suas linhas gerais.

A dificuldade em se encontrar em 1929 uma fórmula unânime semelhante à de 1926, quando Washington Luís se elegera presidente da República, nasceu da própria iniciativa do presidente. No correr de 1928, ficou claro que os grupos políticos de São Paulo não pretendiam abrir mão do controle direto do governo federal. O nome de Júlio Prestes, antigo líder de bancada federal e presidente do Estado, surgiu como candidato.

Esta intangibilidade quebrava as regras do jogo. Desde 1914, o eixo São Paulo-Minas se revezava no governo, com a única exceção de 1918, provocada pela morte de Rodrigues Alves. A volta de Minas Gerais ao poder parecia o caminho normal da acomodação. Não são ainda muito claras as razões da intangibilidade, que tradicionalmente foi explicada apenas em termos da personalidade de Washington Luís. É possível que a explicação tradicional contenha uma boa parcela de verdade. Tendo em conta a rigidez do sistema, tornando muito difícil o êxito da oposição, o

presidente tratou de garantir a continuidade de sua política de estabilidade, através da escolha de um sucessor de confiança. Havia pelo menos um precedente histórico em seu favor: em 1902, Campos Sales assegurara o prosseguimento de uma política financeira deflacionista com a primeira eleição de Rodrigues Alves, o que significava a presença sucessiva de dois presidentes paulistas no poder. Washington contava para isto com o apoio da classe dominante de São Paulo e acreditava poder neutralizar eventuais dissensões de maior importância, pois as relações entre o governo federal e o Rio Grande do Sul eram boas. Quando muito, parecia que Minas Gerais se atrairia isolada a uma luta, não só sem grandes possibilidades de êxito, como também sem maiores repercussões.

De fato, foi o presidente de Minas — Antônio Carlos — quem *A Aliança Liberal* iniciou as articulações para uma candidatura de oposição. Para lançar o Rio Grande do Sul em uma contenda que representaria uma ruptura na acomodação com o governo federal, e a perda das vantagens que isto significava, era necessário oferecer ao Estado a própria presidência. Depois de muitas conversações e reticências, em junho de 1929, Minas Gerais e Rio Grande do Sul assentaram o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas. Obtiveram a adesão da Paraíba, a quem ofereceram a vice-presidência. As possibilidades de êxito eleitoral deste agrupamento eram reduzidas, pois o Poder Central conseguira manter à sua volta dezesseite Estados. Ele era porém importante porque inevitavelmente surgia como uma força contra a oligarquia paulista. A Aliança Liberal constituiu-se como uma frente regional, abrangendo a ampla maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que veio juntar-se o Partido Democrático de São Paulo. Quanto à Paraíba, as lutas oligárquicas internas levaram um setor de certo peso a apoiar o governo. Aparentemente, nascia assim uma nova cisão regional, de maior importância do que as anteriores, mas integrada no velho estilo das disputas sucessórias da Primeira República.

Como se sabe, a Aliança tratou de não romper os limites do sistema, com o qual a maioria de seus chefes estava comprometida. O próprio Vargas mostrou esta intenção, em carta dirigida a Washington (julho de 1929) e João Neves da Fontoura — líder do Rio Grande do Sul na Câmara Federal — declarou que a oposição se dispunha a examinar com simpatia outros nomes de São Paulo. A tentativa de acordo Vargas-Washington, via Palm Filho expressou, mais do que qualquer outro lance, o esforço de prévia conciliação.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava neste ponto da política de Washington Luis. Propunha

algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito a aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, aplicação da lei de férias. Em uma evidente resposta ao presidente que afirmara ser a questão social no Brasil "uma questão de polícia", a plataforma de oposição dizia não se poder negar sua existência, "como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos". Sua insistência maior era a defesa das liberdades individuais, a anistia (com o que se acenava para os tenentes) e a reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.

Apesar de seus limites, a campanha da Aliança teve uma grande repercussão nos setores sociais que poderia sensibilizar. As caravanas liberais, formadas pelos elementos mais jovens, percorreram as principais cidades do Nordeste. Nos maiores centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro), onde a contragosto foi obrigado a comparecer, Vargas recebeu entusiásticas manifestações. No caso de São Paulo, a recepção era bastante significativa pois o caráter antipaulista da candidatura era um tema facilmente explorável.

O resultado das eleições de 1.º de março de 1930, realçadas no estilo tradicional da República Velha, parecia marcar também o fim da cisão regional. A famosa entrevista de Borges de Medeiros ao jornal *A Noite* (19 de março) exprime a talvez com excessiva ênfase — um velho hábito. Foi a partir dela que começou a aparecer como alternativa o ponto de vista dos que queriam uma resposta pelas armas. Nesta altura, tornou-se clara uma diferenciação no interior da Aliança Liberal, mais explícita em termos de geração do que de discordância ideológica. Ao lado dos quadros tradicionais, uma camada mais jovem se formara em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, ascendendo na carreira política, à sombra dos velhos oligarcas. No Rio Grande do Sul, homens como Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso, Palm Filho constituíam um grupo conhecido como a "geração de 1907", ano em que terminaram sua formação escolar. Em Minas Gerais, surgiram também figuras mais novas, como Virgílio de Melo Franco, Francisco Campos, descendentes de famílias tradicionais da região.

Até os fins da década de vinte, estes homens não se haviam destacado por nenhuma atitude contra o sistema, mas a experiência lhes mostrara que sua plena ascensão política ficava na dependência da cooperação por um estreito círculo, no qual, especialmente o Rio Grande do Sul, não era força dominante. Naturalmente, a divisão de gerações era uma linha geral, com algumas exceções. Palm Filho e o próprio Vargas formaram entre os elementos mais reticentes em favor de uma revolução e o primeiro acabou se voltando contra ela.

Um setor da classe dominante dispunha-se assim a seguir o caminho que os tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância, por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. A aproxima-

ção entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha agora condições de redizir-se. Mesmo no curso da disputa eleitoral, alguns contactos haviam sido feitos neste sentido. Mas os tenentes revelavam desconfianças. O balanço de suas relações com a oposição consentida era bastante negativo. Eles tinham sido utilizados para proveito próprio da oposição sem nada receber em troca. Além disso, na Aliança Liberal estavam alguns de seus maiores inimigos: Bernardes, o perseguidor da Coluna, que simpatizava todos os vícios da República; João Pessoa, promotor militar, acusador de muitos militares rebeldes; entre os jovens, vários deles, como Oswald de Aranha, tinham-se destacado na luta contra as insurreições no Rio Grande do Sul.

Entretanto, apesar destas restrições, que aliás eram recíprocas, chegou-se a um acordo. Juarez Távora — a quem foi confiado o comando das operações no Nordeste — João Alberto, Ricardo Hall etc., associaram-se à conspiração. Mas, significativamente, o chefe militar foi entregue a um homem representante de "setores mais responsáveis das Forças Armadas" e de estrita confiança dos líderes gaúchos. Tratava-se do então Tenente-Coronel Góes Monteiro, nascido em Alagoas, cuja carreira estava ligada ao Rio Grande do Sul. Desde 1906, quando cursava a Escola Militar, Góes conhecia Vargas, Neves, Palm, Maurício Cardoso, com os quais inclusive colaborara nas disputas políticas internas do Estado. Na década de vinte, o chefe escolhido para as operações militares não tinha sido um revolucionário. Pelo contrário, combatera a Coluna Prestes nos Estados do Nordeste.

A conspiração articulada entre março/outubro 1930 teve uma série de avanços e recuos e alguns episódios dramáticos que a favoreceram, como o assassinio de João Pessoa, por razões de política local. Afinal, o movimento estourou a 3 de outubro no Rio Grande do Sul e um dia depois no Nordeste. Em São Paulo, onde o Partido Democrático estivera praticamente à margem das articulações revolucionárias, a situação não se alterou.

A análise das operações militares tem interesse na medida em que mostra a reorganização do Exército na luta política e o seu grau limitado de coesão interna. A força armada nacional sofreu a concorrência das milícias estaduais que eram uma poderosa força em alguns Estados. (Em 1927, por exemplo, o Exército era constituído de um total de 38 000 homens e as milícias estaduais tinham 28 000). Além disso, no Rio Grande do Sul, existia um núcleo cujas conexões com o aparelho militar eram frouxas, os corpos provisórios da Brigada Militar, grupos militarizados pelos estancieros, com reconhecimento oficial. Ao lado das forças estaduais eles tiveram grande importância nas operações militares do Sul.

A adesão do Exército foi quase imediata no Sul e se concretizou também em Minas Gerais e no Nordeste, apesar de algumas resistências nestas duas áreas. Apenas em São Paulo pareceu delinear-se um choque decisivo de maiores proporções, entre as tropas estacionadas no Estado e as que vinham do



9. GETULIO VARGAS CHEGA AO CATETE (1930)
(CORTESIA DA ABRIL CULTURAL S. A.)

Sul. O choque foi evitado com a intervenção da cúpula militar no Rio de Janeiro. Alguns oficiais de alta patente haviam sido sondados em setembro, por Lindolfo Collor, como emissário dos revolucionários. A sondagem tivera pouca receptividade. Agora porém estes oficiais se decidiram a exercer um papel moderador em meio à luta, buscando mesmo permanecer no poder. Incentivados pelo Coronel Bertholdo Klingler, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro pelo Exército, e o Almirante Isidoro Noronha pela Marinha depuseram o presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930, constituindo uma Junta Provisória de governo. A tentativa de permanência no poder fracassou. Os revolucionários vindos do Sul, as manifestações no Rio de Janeiro, que o novo chefe de polícia Bertholdo Klingler prometera esmagar implacavelmente, garantiram a posse de Getúlio Vargas, a 3 de novembro.

A crise dos anos vinte desembocara na quebra do sistema político, quando vários pontos de atrito chegaram à fusão: as oligarquias regionais foram arrastadas à luta pelos setores mais jovens, dando uma forma transparente às disputas regionais acumuladas ao longo da República; o descontentamento militar ganhara novo alento, tanto pela associação entre oligarquia dissidente e tenentes rebeldes, como pelo fato de que ele se esparçara mais extensamente no interior da corporação; a fermentação da classe média, as manifestações urbanas em favor de Vargas davam aos revolucionários a certeza de contar com o apoio de um setor social politicamente significativo.

A fusão destas forças teria resultado de uma lenta acumulação das contradições internas ou teria sido essencialmente induzida de fora para dentro em consequência da crise mundial que se abriu no curso da campanha eleitoral, em outubro de 1927? Tradicionalmente, na imaginação política brasileira, a crise tem sido associada à explicação do episódio revolucionário. Esta associação foi posta em dúvida recentemente, argumentando-se com algumas indicações dispersas: a crise não teria tido maior importância em 1930, só repercutindo no país em 1931; embora os dirigentes da Aliança Liberal se tivessem utilizado dela para mostrar a incapacidade do governo federal, o rendimento eleitoral do argumento foi escasso, como por exemplo reconheceu em suas memórias João Neves da Fontoura.

Penso que, no caso, a versão tradicional é mais verdadeira, na medida em que combina o agravamento dos problemas internos do país, com os efeitos iniciais da grande depressão mundial.

Convém que nos detenhamos um pouco nesta questão. Em *O café e a crise mundial* fins de 1924, o governo federal passara a defesa do café para as mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo e dos chamados Estados produtores. Na realidade, foi São Paulo quem iniciou a chamada defesa permanente do produto, apenas esboçada pelo governo federal. A defesa permanentemente significava desde logo que o Poder público pretendia intervir continuamente no problema criado pela super-produção cafeeira do Brasil, em face das possibilidades do mercado mundial.

Até então as intervenções tinham sido feitas para enfrentar situações de crise aguda (1906, 1917), sendo o governo do mercado quando o equilíbrio se restabelecia. A defesa permanentemente funcionava como um mecanismo regulador da oferta. O governo recebia o café para exportação nos "armazéns reguladores" e autorizava sua remessa aos portos dentro de limites prefixados. Ao proprietário da mercadoria se dava um adiantamento pelo Banco do Estado de São Paulo, correspondente aproximadamente a 35% do valor do produto. Para financiar a defesa, o Instituto do Café contratou com Lazard Brothers Co., em janeiro de 1926, um empréstimo de 10 milhões de libras, que seria pago pela criação de um tributo sobre o transporte do café. Quando a defesa permanentemente se associou a reforma monetária introduzida por Washington Luís (dezembro, 1926), os setores agrícolas tiveram a certeza de que a fixação do câmbio brasileiro em nível baixo garantiria também sua renda em moeda nacional.

O êxito do sistema dependia entretanto de dois pressupostos básicos: a inelasticidade da demanda; a alternância de safras maiores e menores que impediria chegasse o desequilíbrio da oferta a um nível catastrófico.

A influência da ação do Instituto se tornou sensível a partir da safra de 1927/1928. Nestes anos, a produção brasileira chegou a 26,1 milhões de sacas, para um consumo mundial total de 23,5 milhões, tendo sido quase duas vezes superior à média dos últimos três anos. Com o financiamento externo, o Instituto reteve os excessos e garantiu os preços que após uma queda transitória em meados de 1927 retomaram um nível elevado (22,1 cents por libra peso). Entretanto, um dos pressupostos da defesa permanente começou a falhar, em consequência em parte da própria defesa. Após uma pequena safra em 1928/1929 (10,9 milhões), no segundo semestre de 1929 se anunciava novamente uma grande produção, para o ano agrícola de 1929/1930. As razões deste fato eram as condições climáticas favoráveis e provavelmente a melhoria do trato dos cafezais, possibilitado pela boa disponibilidade financeira dos fazendeiros protegidos pela valorização.

A situação se tornou mais grave, quando em outubro se abriu a grande crise mundial e os preços internacionais do café começaram a cair. Surgiu então um desenlindamento entre o setor cafeeiro e o governo federal. O setor cafeeiro solicitou de Washington Luís o enfrentamento da crise pela concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Os financiamentos seriam feitos pelo Banco do Brasil, com recurso às emissões, tendo em vista as dificuldades por que passava o Banco do Estado de São Paulo. O presidente recusou-se entretanto a atender os interesses que em princípio representava, buscando uma solução mais geral. Preocupado acima de tudo na manutenção do plano de estabilidade cambial, seriamente ameaçado, tentou manter ou mesmo ampliar a receita de divisas através da baixa de preços. Seu ponto de vista era de que a baixa seria compensada pela expansão das exportações.

Na realidade, Washington Luis media mal o alcance da crise. Seu plano seria viável em condições normais, pois se baseava na possibilidade de vender aos importadores não só a produção corrente como o café armazenado no país. Em princípio, os importadores estariam interessados na formação de estoques no exterior para especulação futura. Com a crise, sua expectativa havia-se modificado e o esquema fracassou. O abandono do mercado pelo governo federal — apesar de o governo estadual continuar sustentando o café na medida de suas possibilidades — agravou ainda mais a situação. A grande queda na receita de divisas produzidas pelo café (67,3 milhões de libras esterlinas em 1929; 41,2 milhões em 1930) provocou o abalo da taxa cambial que caiu de 5% dinheiros em 1928/1929 para 4½ d. por mil-réis em 1930. O plano estabilizador ruína por terra⁽⁹⁾.

Do ponto de vista da nossa discussão, importa essencialmente medir os efeitos políticos da crise. Quando Washington se recusou a atender as reivindicações do setor cafeeiro, uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. O Congresso de Lavradores (fins de dezembro de 1929/janeiro 1930) foi a expressão mais clara dos ditos, tendo sido parado não só pelo PD, como por todas as associações rurais cujos dirigentes, em sua grande maioria, apoiavam o PRP.

Não se chegou porém a uma ruptura. Depois do Congresso de Lavradores, a mobilização dos cafeicultores diminuiu e o rendimento eleitoral da crise para o PD foi escasso. O setor cafeeiro, apesar de descontente, não tinha muitas razões em se passar para a oposição e neste ponto sua consciência política era maior do que os democráticos supunham. Embora o PD estivesse integrado na Aliança Liberal, não havia razões para acreditar que a vitória da Aliança importasse em uma atenção maior aos interesses cafeeiros. Pela composição regional e por alguns pronunciamentos cautelosos era possível prever o contrário. Os opositores tinham, por exemplo, defendido em seu programa a estabilização financeira de Washington Luis, um ponto de vista que em meio à crise se tornara responsável pelo abandono do setor do café. É provável também que houvesse uma personalização da responsabilidade pelo não atendimento das reivindicações na figura do presidente e se esperasse alguma modificação com a ascensão ao poder de Júlio Prestes. Afinal, não obstante todas as dificuldades, o governo do Estado de São Paulo, presidido por este e depois pelo vice-presidente Heitor Penteado, fizera o possível para evitar um colapso, obtendo mesmo dois empréstimos externos, em novembro de 1929 e em 1930.

Criou porém que os efeitos imediatos da crise não devem ser medidos apenas pelo comportamento da classe dominante paulista. É preciso considerar suas consequências alentadoras sobre o núcleo de forças opostas ao governo federal. A divisão regional refletida na arena política a pressão contra a hegemonia da burguesia cafeeira, cuja base essencial era repre-

(9) Antonio Delfim Netto, *op. cit.*

sentada por São Paulo. Na medida em que a crise mundial se acentuava, tornava-se mais claro para a oposição que este setor ficara profundamente afetado e que o instante chegara para tentar quebrar sua predominância. Por outro lado, no choque decisivo, os atritos entre a classe e sua representação política tiveram um papel de importância. Os grupos dominantes de São Paulo não estavam dispostos a passar-se para a oposição, mas também não pretendiam jogar-se em uma luta armada, mobilizando a parcela de população sob sua influência. Além disto, um grande setor da classe média seguiu o Partido Democrático que, bem ou mal, apoiava os revolucionários. A convocação dos reservistas pelo governo federal foi um fracasso e quando Vargas irrompeu em São Paulo os democráticos lhe prepararam uma entusiástica recepção.

Em certo sentido, o ponto de vista do PRP de que a Revolução de 1930 fora uma revolta contra São Paulo é verdadeiro. A classe dirigente paulista — onde o setor cafeeiro era predominante — perdeu a hegemonia política no episódio daquele ano. Daí para frente — como tendência — São Paulo ampliou sua importância econômica, mas a representação política fugiria de suas mãos. A renúncia a este comando que a burguesia paulista tentara estender, na segunda metade dos anos vinte, passaria ainda por uma prova de força, em 1932.

Era mais ou menos claro qual o setor que saíra perdendo com a revolução, mas bem menos claro era saber quem ganhava.

Tanto do ponto de vista social como político, os vitoriosos compunham um quadro heterogêneo. Eles se haviam unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante regional, desejavam apenas um maior atendimento à sua área, maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformação; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transtornadamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados "tenentes civis"; o movimento tenentista — visto como uma ameaça pelas altas patentes das Forças Armadas — defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático — porta-voz da classe média tradicional — pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado Liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio.

Quanto à classe operária, era um personagem problemático, cuja intervenção nos acontecimentos fora muito limitada. De qualquer modo, como se tem indicado, algumas manifestações em São Paulo, uma participação mais efetiva no Recife deixam entrever que setores operários viam com simpatia um movimento com vagos tons reformistas, parecendo pôr fim a um sistema repressivo. Bem ou mal, a Aliança recolhera em seu benefício o prestígio dos tenentes, embora a ruptura de Prestes, em maio de 1930, tenha contribuído para as primeiras desilusões. O pequeno PC lançou oficialmente candidato próprio e denunciou o que chamava de "cartêier

fascista da Aliança Liberal". É curioso lembrar porém que, pelo menos até antes das eleições de março de 1930, os dirigentes do partido chegaram a receber algumas armas e estabeleceram contatos com elementos tenentistas que conspiravam em São Paulo.

A nova situação que se criou em 1930 combinava dois elementos cuja separação é historicamente impossível: a vitória de um movimento revolucionário heterogêneo e a mudança de conjuntura decorrente da grande crise mundial. Para marcar a importância da associação destes dois elementos, não seria inútil especular em torno de algumas questões: só apontadas aqui: como se teria comportado o governo Vargas se a crise não tivesse ocorrido, supondo-se que a revolução de qualquer modo fosse vitoriosa? Qual teria sido a política de Júlio Prestes, nos anos mais duros da depressão, caso tivesse assumido o poder?

Não por acaso, a Revolução de 1930 ficou estampada na memória *Condição* social como um profundo corte no processo histórico brasileiro. Sob o duplo efeito do episódio interno e da conjuntura internacional, rompiu-se por fim o quadro sócio-político da dominação oligárquica, sob a hegemonia da burguesia cafeeira.

Tudo parecia possível naqueles anos, no campo de uma terçopêutica a que se lançaram políticos, intelectuais, movimentos de massa, em busca das "raízes do Brasil" e das fórmulas salvadoras de um "Brasil errado". Os sete anos posteriores a 1930 seriam assim um grande ensaio de amadurecimento da sociedade — frustrado pelo golpe de 1937 — com a presença crescente das classes populares urbanas, os esforços por constituir partidos que fossem a legítima expressão de diferentes interesses sociais, a renovação do debate cultural.

Em poucos anos, por razões distintas, para a velha burguesia cafeeira, para a nascente "inteligentia" de classe média encastelada no aparelho do Estado, para os tenentes revolucionários convertidos em caméstrs estadistas, o mundo brasileiro anterior a 1930 incorporou-se definitivamente a um longínquo passado.

INDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1. Forças do Governo em Marcha contra os Fanáticos do Contestado	63
2. Família de Imigrantes Italianos em Caxias do Sul (1910)	107
3. Festa no Circulo Italiano de São Paulo nos Anos Dez	125
4. Operários Italianos de uma Metalúrgica de Piracicaba nos Anos Dez	145
5. Elementos da Guarda Cívica de São Paulo nos Anos Vinte	247
6. O Barão do Rio Branco Durante um Almogo Diplomático Oferecido pelo Presidente Afonso Pena	383
7. O Dr. Artur Bernardes ao Assumir a Presidência da República	407
8. Washington Luiz e Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (1926)	413
9. Getúlio Vargas chega ao Carcere (1930)	421